

PIBID: DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE OFICINAS INCLUSIVAS

MARCELLE DA SILVA VON PFEIL RODRIGUES¹; ALINE NEUSCHRANK²

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – marcelle2204@hotmail.com

²UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – neuschrankskaline@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é um projeto que a Instituição Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) oferece para a qualificação de professores em formação. Nele, os discentes devem colocar em prática as diversas teorias estudadas no decorrer da graduação de licenciatura.

Uma das propostas estabelecidas pelo PIBID é o desenvolvimento de oficinas, para a sua futura aplicação em sala de aula, em escolas públicas. Essas oficinas são desenvolvidas pelos bolsistas, voluntários, coordenador e supervisores participantes do projeto, conforme as normas estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse planejamento também precisa considerar a participação de alunos com deficiência, pois o direito à inclusão é garantido por lei, uma vez que está no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n° 13.146/2015, do qual cabe destacar:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; (...)

Sabe-se, portanto, que já existem vários ordenamentos jurídicos que dão sustentação à inclusão, porém, a forma como esse processo está acontecendo na prática é algo que tem sido amplamente discutido.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre as oficinas propostas ao 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio Municipal Cecília Meireles, na cidade de Pelotas/RS. Além disso, tem como foco de interesse relatar quais foram as estratégias utilizadas para que os alunos da educação especial tivessem seus direitos à inclusão garantidos.

2. METODOLOGIA

O trabalho é um relato de experiência baseado nas propostas de atividades desenvolvidas a partir das reuniões do grupo do PIBID, do curso de Letras, da Universidade Federal de Pelotas. As atividades foram elaboradas de acordo com os parâmetros previstos na BNCC, para uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Cecília Meireles, localizada em Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. As atividades propostas foram realizadas por duas pibidianas e pensadas conforme a turma ia sendo observada e as pibidianas refletiam sobre suas observações. Nessas observações, percebeu-se a necessidade de apoio para alunos da Educação Especial.

As oficinas elaboradas não previram um número de encontros para o desenvolvimento de suas atividades destinadas ao nono ano do ensino

fundamental. A intenção era ir à escola uma vez por semana, quantas vezes fosse possível, ao longo do ano de 2023. Porém, muitas vezes a ida à escola foi cancelada por causa da ausência dos alunos devido ao mau tempo.

Para o trabalho nos anos finais do Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum Curricular (2017) aponta a importância de ampliar o contato dos alunos com vários gêneros textuais, para que possam, a partir da ampliação das suas práticas de linguagem, chegar à novas experiências. Dessa forma, as oficinas utilizaram o gênero Conto e o gênero Tirinha, utilizando o campo artístico-literário para expandir as experiências dos alunos com relação à leitura.

Na realização das oficinas com a turma, enquanto uma das pibidianas trabalhava com o grupo todo, a outra dava atenção direta para três alunos da Educação Especial, para que pudessem realizar as mesmas tarefas dos demais. Esses três alunos frequentam o AEE (Atendimento Educacional Especializado), mas não contam com professor auxiliar, como acontece com alunos de outra turma do mesmo ano na escola. Os três têm diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista), sendo que dois estão com 15 anos e o outro está com 17 anos. Um dos alunos de 15 anos tem como comorbidade deficiência intelectual e não está alfabetizado, o que demandava um suporte maior para que pudesse realizar as atividades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho elaborado nas oficinas mostrou que os três alunos da Educação Especial, presentes naquela turma, precisavam de auxílio direcionado para eles, e a lei garante esse direito. O discente que ainda não está alfabetizado somente conseguia realizar as atividades com a mediação de uma das pibidianas, que lia o texto ou a atividade para ele e anotava suas repostas. Com relação aos outros 2 alunos, também necessitavam de ajuda para realizar as tarefas, mas conseguiam escrever suas respostas.

Portanto, a estratégia que se mostrou positiva foi o auxílio direto aos alunos, o que demonstra que, sem dúvida, estes precisariam de um professor auxiliar a fim de lhes garantir um real aproveitamento de sua participação nas aulas. No caso das oficinas, como as pibidianas trabalhavam em dupla, sempre uma delas dava uma atenção especial aos alunos com deficiência, o que possibilitava que eles participassem efetivamente da aula. Contudo, quando se trata de um professor titular, sem professor auxiliar, esse docente precisa dar conta sozinho de toda a turma, o que torna mais difícil, para não dizer quase impossível, a efetiva aprendizagem dos alunos da Educação Especial.

Um conceito muito importante para a Educação Especial é o conceito de neuroplasticidade. A neuroplasticidade do cérebro é o que possibilita a uma pessoa se desenvolver a qualquer tempo de sua vida, pois é essa característica que permite que rotas alternativas sejam criadas pelo cérebro para que haja compensação das partes afetadas e novas conexões sejam criadas. Portanto, tem sido um grande aporte teórico a favor das intervenções pedagógicas e especializadas, uma vez que põe abaixo o conceito de finitude quanto ao desenvolvimento. Períodos críticos para a aprendizagem seriam aqueles momentos em que existe uma predisposição à aquisição de algumas habilidades por parte dos seres humanos, porém com os estudos sobre a neuroplasticidade, fala-se em períodos sensíveis, pois a neuroplasticidade é uma característica que acompanha os seres humanos em todos os ciclos da vida do seu desenvolvimento.



Assim, pensando em termos de períodos sensíveis, ampliam-se as possibilidades, pois embora exista momentos em que os seres humanos estejam mais sensíveis e mais receptivos às intervenções pedagógicas, há a possibilidade de modificar os desempenhos durante toda a vida, ampliando as possibilidades de aprendizagem.

São vários aspectos envolvidos na aprendizagem, tais como, fatores que são internos ao sujeito: biológicos, genéticos, corpóreos, emocionais, mentais, maturativos e neurocognitivos. Ainda existem fatores externos: ambientais, organizacionais, metodológicos, pedagógicos, estruturais do ensinante e estruturais do meio. Portanto, tanto aspectos biológicos, quanto o jeito com que cada pessoa aprende e o tempo que cada pessoa leva para aprender, devem ser levados em consideração e foi isso que se buscou contemplar na prática aqui descrita.

Para Piaget (1993) é necessária maturação biológica, experiência física, conhecimento lógico-matemático para a aprendizagem. Porém, o seu pensamento de certa forma rompe com pressupostos que colocavam a experiência dos sujeitos e a programação inata, anterior a experiência, como conceitos concorrentes. Para esse autor, o conhecimento procede a partir da interação com a experiência e mecanismos biológicos.

Logo, comprehende-se ser muito importante que os alunos da Educação Especial estejam verdadeiramente incluídos na sala de aula comum, pois isso possibilita uma maior riqueza nas suas experiências, o que, como já explicitado, favorece o seu desenvolvimento. Em se tratando de enriquecimento de experiências, a inclusão é positiva para todos, tanto pessoas típicas, quanto atípicas. Contudo, estudos têm apontado, que uma das maiores dificuldades dos professores não está nem relacionada a não saber como atender a alunos com necessidades específicas, uma vez que cada vez mais são oferecidas formações na área. Um grande empecilho para o bom desenvolvimento do ensino em tais contextos é o fato de haver apenas um docente na sala, o que aponta para a importância do professor auxiliar (GALDINO, 2014, p. 18), figura esta que visa a contribuir com o trabalho a ser desenvolvido na sala de aula. Sem esse tipo de suporte e parceria, na grande maioria das vezes, os alunos da Educação Especial só estão inseridos na sala de aula e a inclusão não passa de uma ilusão.

É importante haver a diferenciação entre inserção e inclusão. Inclusão vai além da inserção, é propiciar aprendizagem. Não é porque o aluno está na sala de aula comum, junto com os demais, que ele está incluído, isso é apenas inserção. É preciso que o aluno tenha o apoio de que precisa, como no caso dos discentes em questão, que precisam de um professor auxiliar para terem garantido o seu direito a uma aprendizagem real.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se portanto, que existe um avanço significativo com relação à inclusão, pois os ordenamentos jurídicos garantem muitos direitos à pessoa com deficiência. A prática, porém, é um pouco diferente. Todo aluno com deficiência tem direito a um PEI (Plano Educacional Individualizado), feito pelo professor do AEE em conjunto com os demais professores do aluno. Mas na prática, como o AEE é no turno inverso, o professor do AEE, muitas vezes, não encontra os outros professores para fazer esse plano. Além disso, também é conhecida a realidade dos um bom número de docentes, que têm de trabalhar, muitas vezes, em várias escolas para garantir seu sustento, o que, porém, acaba limitando o tempo para se dedicarem a um atendimento mais específico, como é o exigido na organização de



um PEI. É preciso investir na Educação, nos professores, para que a inclusão realmente aconteça.

Embora a inclusão muitas vezes esbarre na falta de compromisso das políticas públicas, que permitam acesso, permanência e qualidade de todos os alunos, é necessário garantir a formação de professores que possam oferecer Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência e a implantação de sala de recursos multifuncionais apropriadas. Sem dúvidas, é preciso investir na educação, nos professores, na melhoria das suas condições de trabalho, buscando, assim, a concretização de um contexto onde a inclusão esteja mais propícia a realmente acontecer.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2019. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [2015]. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2018-2015/lei/l1346.htm> Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o inciso 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. [2012]. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011/2014-2012/lei/l12764.htm> Acesso em: 10 ago. 2023.

BARRETO, André de Carvalho. **Paradigma Sistêmico no desenvolvimento humano e familiar:** a teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. Psicologia em revista, v. 22, Belo Horizonte, 2016.

GALDINO, Viviane Pereira. **O ensino de língua portuguesa:** um estudo sobre a prática docente.e a inclusão de alunos com deficiência. 2014. Monografia (Graduação em Letras) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba.

PIAGET, Jean. **O nascimento do raciocínio na criança.** 5ª Ed. São Paulo: El Ateneo, 1993.